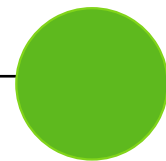


# Capacitação sobre povos originários e comunidades tradicionais para profissionais da Secretaria da Proteção Social do Ceará (SPS)

## O que os remanescentes de quilombolas esperam da política de assistência social no Ceará?

Tema: Trabalho Social com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social.



*Wanessa Brandão*

# Quem sou eu?

- Jovem, mulher negra, vinda da periferia;
- Membro fundadora do Maracaty Nação Bons Ventos;
- Assistente Social;
- Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela UECE;
- Membro do Comitê de Combate ao Racismo do CRESS Ceará 3º região;
- Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família (NUAFRO/UECE);
- Vice-líder Grupo de Pesquisa Relações Étnico-Raciais: cultura e sociedade no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Coordenadora Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial da Secretaria da Igualdade Racial do Ceará (SEIR/COEPPPIR).



Sobre os quilombos

## Sobre os quilombos

- Os quilombos nem sempre foram constituídos de pessoas que foram escravizadas, e alguns deles foram construídos por pessoas que nem sequer chegaram a encontrar-se nessa situação.
- Alguns quilombos reassumiram uma postura de reviver aspectos de sociabilidade africana, do qual, eles pudessem se autogerir, como uma recriação de seus territórios, dos mais diversos países do continente africano.

# Quilombos históricos e contemporâneos

- A formação dos quilombos e seus significados, bem como da população negra no Brasil, não é única, e sim, **diversa**.
- Os quilombos desde sua origem até os dias atuais revelaram uma **nova forma de pensar as sociabilidades**, direcionando para algo que rompesse com a opressão do sistema escravista.
- A luta por reconhecimento de tais grupos diz respeito à **garantia dos territórios**, rediscutindo os projetos de nação que privilegiaram uma **concepção de desenvolvimento** marcada pelos macroprojetos capitalistas que desconsideraram **outras formas de “fazer e viver”** e seus potenciais sujeitos (Santana, 2004).

## Famílias quilombolas

- Os quilombos também eram marcados por “famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território” (GOMES, 2006);
- O “aquilombar-se” nada mais era que a constituição de famílias, por meio de laços afetivos uns com os outros ou associações religiosas, além de representar “um confronto direto com o sistema de dominação da escravidão” (MADEIRA, 2018).

# O que é quilombo para um quilombola?

- ‘É uma comunidade onde tem descendentes de pessoas maioria negras, mas não todas, e que nasceram nessa terra, foram criado nessa terra, mas não tem direito ainda a ela. Alguns né? Ainda não tem direito a ela. Na história, na escola, era quando os escravos fugiam e criavam um quilombo, num era? Ai aqui, é outra coisa. Ai eu já dei até uma pesquisada, ai existe outro conceito de quilombo, hoje em dia não é mais isso, de que os escravos fugiam e criavam essa... ai hoje em dia eu não sei muito o que é (Antonieta de Barros).’
- Cinco aspectos podem ser observados nas palavras de Antonieta de Barros: 1) os quilombos são lugares formados por maioria de pessoas negras; 2) são pessoas que nasceram e se criaram no território quilombola; 3) que os quilombos não têm o direito legal ao uso do território; 4) que os quilombos que costumeiramente se conhece na escola foram formados a partir de uma fuga; 5) que atualmente, o conceito de quilombos tem outros significados.

Extraído da dissertação: Relações étnico raciais, de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres quilombolas da comunidade Córrego de Ubaranas – Aracati/ce.  
Autoras: Wanessa Brandão – Para obtenção do título de mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE). Orientado pela Profa.Dra. Zelma Madeira.

# O que é um quilombo para um quilombola?

- O quilombo para elas representa muito mais uma vivência do que um conceito em si, algo entre o viver e o conhecer, sem buscar muitas compreensões, simplesmente SER quilombola.

Extraído da dissertação: Relações étnico raciais, de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres quilombolas da comunidade Córrego de Ubaranas – Aracati/ce.  
Autoras: Wanessa Brandão – Para obtenção do título de mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE). Orientado pela Profa.Dra. Zelma Madeira.



# Identidade, pertencimento quilombola e territorialidade

- “Como prática social, o território é um campo que se constitui simultaneamente à identidade coletiva dos moradores, que se expressam por meio de sua cultura e das possibilidades de sua condição socioeconômica. Somando esse conjunto de elementos, temos um conjunto de variáveis que sinalizam para um habitus comum, ou seja, um repertório de práticas, conhecimentos e habilidades que está contido no território, na mesma medida que tais práticas o contêm (Bourdieu, 1989). O habitus comum, produto da territorialidade, estrutura as relações culturais em um território que assenta a identidade social do grupo (MARINHO, 2017, p.358).”
- As expressões culturais, agricultura familiar e o pertencimento étnico-racial são os fatores que orientam a etnicidade e a sustentabilidade do quilombo. A identidade quilombola está em constante construção e imbricada com o território.

Extraído da dissertação: Relações étnico raciais, de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres quilombolas da comunidade Córrego de Ubaranas – Aracati/ce.  
Autoras: Wanessa Brandão – Para obtenção do título de mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE). Orientado pela Profa.Dra. Zelma Madeira.

# Identidade, pertencimento quilombola e territorialidade

Já a autodeclaração é vista como um instrumento precário pela comunidade. Na prática, a comunidade não aceita o simples ato de a pessoa declarar-se Kalunga como critério de pertencimento, segundo dispõe o Decreto nº 4.887/2003, e exige que se perfaça um processo de comprovação do pertencimento ao povo Kalunga que se dará nas seguintes fases:

## Processo de comprovação do pertencimento ao Povo Kalunga.

1º Passo: A autodeclaração Kalunga inicia uma série de trâmites de investigação genealógica.

2º Passo: A pessoa declarante deve apresentar um estudo genealógico da família, indicando quem eram seus familiares Kalungas (se houver mais de um), além de informar se ainda moram na comunidade (ou onde moraram).

3º Passo: Além do estudo genealógico, é necessário apresentar uma declaração assinada por três lideranças da região afirmando o pertencimento da pessoa declarante ao quilombo e atestando ascendência Kalunga dela e de seus familiares.

4º Passo: A apresentação do documento é feita ao presidente líder comunitário da associação; o documento é analisado por um conselho responsável por emitir a declaração final de que a pessoa declarante pertence à comunidade quilombola Kalunga.

Retirado do livro Mulheres  
Quilombolas. Autora Vercilene  
Francisco Dias. Ver nas  
referências.

Somente após cumpridas com êxito todas essas fases, a pessoa solicitante passa a ser considerada titular de todos os direitos e obrigações de qualquer quilombola Kalunga. Havendo suspeita de qualquer tipo de fraude ou outra irregularidade, o processo será suspenso ou extinto e a pessoa declarante denunciada, podendo ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente por falsas declarações.

# Direitos quilombolas

- Não, assim, eu acho que direito quilombola tem chegado, mas é pouco, **num vi, uma coisa específica chegar pra gente assim**, como direito não, não vi, eu assim, eu acho que talvez assim, a coisa mais concreta é **a gente ta sendo amparado por essa lei que tem né?** [Decreto N° 4.887/2003] Porque se não tivesse a gente não teria essa coragem de tomar essa iniciativa, a gente não tinha, mas ainda uma coisa muito pouca, pequena, deveria ter mais apoio, porque veja só, desde o início que a gente começou nessa luta, e a gente foi ver um representante da palmares no caso agora [...] e é uma coisa simples, [...] quer dizer, **eu acho que a gente deveria ter um apoio maior, um acompanhamento maior**, enfim, [...] eu num vejo essa influência toda assim dos órgãos que comanda isso, ta ajudando muito não. (Manuel Congo, entrevista em profundidade, 16 de novembro de 2014).

Extraído do artigo: Direitos quilombolas: o que a comunidade quilombola do Córrego de Ubaranas - Aracati-CE, têm a dizer?  
Autoras: Wanessa Brandão e Zelma Madeira.

# Principais legislações quilombolas

<b>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</b>
<b>Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989</b>
<b>Decreto Nº 4.886 de 20 de novembro de 2003</b>
<b>Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003</b>
<b>Decreto Nº 5.051 de 19 de abril de 2004</b>
<b>Decreto Nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007</b>
<b>Decreto Nº 6261 de 20 de novembro de 2007</b>
<b>Portaria FCP Nº 98, de 26 de novembro de 2007</b>
<b>Instrução Normativa Nº 57 de 20 de outubro de 2009</b>
<b>Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010</b>
<b>Portaria Nº175, de 19 de abril de 2016</b>



Assistência social e quilombolas

# Assistência social e quilombolas

“Das 80 mil famílias quilombolas do Cadastro Único, sistema que serve de banco de dados para programas sociais, o documento indicou que 74,7% viviam em estado de extrema pobreza. O relatório também apontou que os quilombolas têm menos acesso a serviços básicos como saneamento e energia elétrica, quando comparados ao restante da população. Entre os quilombolas, 48,7% deles vivem em casas com piso de terra batida, 55,21% não têm água encanada, 33,06% não têm banheiro e 15,07% deles possuem esgoto a céu aberto. Há, ainda, um alto índice de analfabetos: 24,81% deles não sabem ler e, em 2013, a taxa de analfabetismo dentro das comunidades quilombolas era quase três vezes mais alta do que a média nacional, já que a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) indicava 9,1% para o país.”

# Sugestões

- Realizar a escuta ativa das lideranças e famílias;
- Mapear e registrar nos formulários a existência dos Povos e Comunidades Tradicionais dos municípios;
- Realizar a territorialização a partir de um olhar mais racializado e coerente com as vivências do território;
- Reconhecer que ali existem quilombolas e incentivar a posituação dessa identidade;
- Fortalecer os vínculos e criar uma relação de confiança com as lideranças e famílias;
- Realizar atividades conjuntas com as lideranças;
- Adaptar os serviços ofertados para a realidade cotidiana do território. Exemplos: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- Orientar os(as) cadastradores a respeitar o quesito raça/cor/etnia no cadastro único;

# Exemplo de territorialização

- Já com relação à organização espacial do território de Ubaranas, observamos **quatro espaços-sociais** (MARINHO, 2017): **1)** as casas e os roçados, que representam a **esfera familiar** nuclear; **2)** o terreno da associação, do engenho velho e da casa de farinha, que representa a **esfera da socialização e partilha**, uma vez que este espaço é utilizado para os encontros coletivos, como as reuniões, festas e outros eventos de abrangência de toda a comunidade; **3)** os **espaços consagrados**, como a igreja católica de São José, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus e o cemitério; e **4)** equipamentos sociais, que representa a **esfera dos direitos sociais**, contendo a Escola de Ensino Infantil Vilani Pereira e um posto de saúde que segundo as interlocutoras funciona pouco, numa frequência de visita mensal por parte de profissionais da saúde.

Extraído da dissertação: Relações étnico raciais, de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres quilombolas da comunidade Córrego de Ubaranas – Aracati/ce.  
Autoras: Wanessa Brandão – Para obtenção do título de mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE). Orientado pela Profa.Dra. Zelma Madeira.



[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/\\_F\\_Principal.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_F_Principal.pdf)

31.442 v008

1

# Cadastro único para Programas Sociais

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/\\_filipeta\\_cadunico\\_periodo\\_eleitoral.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_filipeta_cadunico_periodo_eleitoral.pdf)

## Grupos tradicionais e específicos Campo 2.07 do Formulário Suplementar 1

Código	Descrição	Código	Descrição
101	<b>Família Cigana</b> – Povos ciganos subdividem-se em etnias (as principais, rom, calon e sinti) e formam um grupo heterogêneo. De acordo com seu padrão tradicional de fixação e deslocamento, podem ser nômades (não se fixam), seminômades (se deslocam e se fixam temporariamente) ou sedentários (fixos). Características: espírito viajante e sentimento de não pertencer a um único lugar; noção particular de propriedade; leis e regras próprias; comunidade estruturada em torno da unidade familiar; e liderança comunitária exercida por uma figura masculina.	203	<b>Família pertencente à comunidade de terreiro</b> – As comunidades e povos de terreiro são comunidades tradicionais que utilizam espaços onde se perpetuam valores e símbolos, elementos culturais de tradição de matriz africana. O terreiro se constitui em patrimônio imaterial, onde práticas, conhecimentos e técnicas, expressões, instrumentos, objetos e artefatos são reconhecidos pela comunidade como parte integrante do patrimônio cultural transmitido de geração a geração, com sentimento de identidade e continuidade.
201	<b>Família Extrativista</b> – Os extrativistas são comunidades tradicionais, baseiam sua subsistência na extração dos recursos naturais renováveis e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Incluem-se nesta categoria seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, andirobeiras, catadoras de mangaba, castanheiros, açaizeiros, piaçabeiros e outros.	204	<b>Família Ribeirinha</b> – Populações tradicionais que residem, em pequenas comunidades ou isoladas, às margens ou nas proximidades dos rios, se caracterizam por ter como principal atividade de subsistência a pesca e por praticar agricultura de subsistência, com a criação de animais de pequeno porte e extrativismo vegetal.
202	<b>Família de pescadores artesanais</b> – Aquela que utiliza os recursos pesqueiros extraídos, coletados, apreendidos ou capturados em água doce ou salgada para fins comerciais ou de subsistência (consumo doméstico ou de subsistência). Podendo ser realizada com uso de embarcação de pequeno porte, motorizada ou não, ou sem embarcação (quando há coleta manual nas praias ou mangues).	205	<b>Família de Agricultores Familiares</b> – Aquela cuja sobrevivência vincula-se à atividade agropecuária, praticada, predominantemente, com a força de trabalho familiar, em âmbito doméstico, na produção para autoconsumo e comercialização do excedente. A propriedade familiar não pode ser maior do que 4 módulos fiscais (medida expressa em hectares e que varia de acordo com as características de cada município). As atividades agrícolas desenvolvidas por essas famílias podem envolver o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, frutas, flores, bem como a criação de animais de pequeno porte e piscicultura, além da produção artesanal e processamento de alimentos e bebidas para o consumo humano.

# Cadastro único para Programas Sociais

- no caso de POVOS INDÍGENAS e COMUNIDADES QUILOMBOLAS, segundo critérios definidos pelo MDS, o Responsável pela Unidade Familiar - RF pode ser cadastrado com a apresentação de qualquer documento de identificação (não necessariamente o CPF ou Título de Eleitor); e

## ATENÇÃO

**Outros segmentos populacionais específicos são identificados nos Formulários do Cadastro Único.**

**Formulário Principal** { **Indígenas** – campos 3.01 a 3.04  
**Quilombolas** – campos 3.05 e 3.06

**Formulário Suplementar 1** { Resgatados do trabalho análogo ao de escravo – campo 2.02

**Formulário Suplementar 2** { Pessoas em Situação de Rua

## Perguntas norteadoras para meu trabalho com PCTs

- O que eu já realizo no meu município em prol da população negra, quilombola, de terreiro, cigana e outros PCTs?
- O que pode ser feito para atuar com essas populações?
- Quais recursos eu necessito para atender uma família de indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais?
- Quais parcerias podem contribuir com o meu trabalho?

# Referências

- Brandão, Wanessa Nhayara Maria Pereira. Relações étnico raciais de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres quilombolas da comunidade Córrego de Ubaranas - Aracati/Ce. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2020) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=102980>> .
- Brandão, Wanessa Nhayara Maria Pereira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Direitos quilombolas: o que a comunidade quilombola do Córrego de Ubaranas aracati/ce têm a dizer?. Disponível em: [https://www.academia.edu/38631181/DIREITOS\\_QUILOMBOLAS\\_O\\_QUE\\_A\\_COMUNIDADE\\_QUILOMBOLA\\_DO\\_C%C3%93RREGO\\_DE\\_UBARANAS\\_ARACAT%C3%84\\_A\\_DIZER](https://www.academia.edu/38631181/DIREITOS_QUILOMBOLAS_O_QUE_A_COMUNIDADE_QUILOMBOLA_DO_C%C3%93RREGO_DE_UBARANAS_ARACAT%C3%84_A_DIZER).
- GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Presença quilombola no Ceará. Jornal O Povo. Fortaleza, 08 mar.2018.
- MARINHO, T. A.. TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: para além do culturalismo. Caderno CRH, v. 30, n. 80, p. 353–370, maio 2017.
- Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. Organização [de] Selma dos Santos Dealdina. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.
- Santana, Gisely Barbara Barreto. Duelo de significado: a questão quilombola no Brasil contemporâneo. 2004. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8922176f5043c319>
- Outros links úteis: 1. [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/\\_F\\_Principal.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_F_Principal.pdf) ;  
2. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/\\_filipeta\\_cadunico\\_perodo\\_eleitoral.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_filipeta_cadunico_perodo_eleitoral.pdf)